

ANEXO VI (MINUTA PADRÃO DE EDITAL)

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
CEASA/RS

TERMO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nºano DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA

A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – Ceasa/RS, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Fernando Ferrari, 1001, Bairro Anchieta, CEP 90.200-041, inscrita no CNPJ sob número 92.983.147/0001-67, comunica aos interessados a contratação para fornecimento, conforme especificações constantes nos Anexo(s)???, através de processo de Dispensa de Licitação, **do tipo menor preço, análise global.**

Esta Dispensa de Licitação será regida pela Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, em seu artigo 29, Inciso ..., pelo Regulamento Interno das Licitações e Contratos da CEASA/RS, pela Lei Estadual nº. 13.179, de 10 de junho de 2009, pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº. 11.389, de 25 de novembro de 1999, pela Lei Estadual nº. 13.706, de 6 de abril de 2011, pelo Decreto Estadual nº. 48.160, de 14 de julho de 2011, e suas alterações posteriores, e pelas condições previstas neste Edital e nos seus anexos.

Informações pelo e-mail: licitacoes@ceasa.rs.gov.br e telefone (051) 21 11 66 09.

Recebimento das Propostas: via Sistema de Dispensa de Licitação Eletrônica do Banrisul, através do sítio www.pregaoonlinebanrisul.com.br, sendo:

Início de recebimento das propostas	xx/xx/(ANO)
Data e horário limite para cadastro propostas	xx/xx/(ANO), às (HORÁRIO)
Data e horário de abertura das propostas	xx/xx/(ANO), às (HORÁRIO)
Início da sessão de disputa de preços	xx/xx/(ANO), às (HORÁRIO)
Tempo de disputa	(XXX) minutos
Decréscimo mínimo de lances	1,00

1. DO OBJETO

(No caso de **serviços**)

1.1. O presente procedimento tem como escopo à contratação de empresa para, conforme Anexo ??? – Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como Anexo(....) PROPOSTA;

1.2. A empresa interessada em participar do certame deverá realizar visita técnica ao local onde se dará a execução do objeto, até o dia útil anterior à data de abertura da sessão de cotação, devendo agendar previamente, dia e horário com a CEASA/RS, pelos telefones (051) 21 11 66 09 e/ou E-mail compras@ceasa.rs.gov.br.

1.3. O prazo de vigência contratual/de execução será de meses, a contar do dia .././..... ou da publicação da súmula contratual na imprensa oficial, se esta ocorrer posteriormente.

1.4. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada ao prazo máximo estabelecido no artigo 71 da Lei Federal N.º 13.303/2016, ou seja, de 5 (cinco) anos.

1.5. O local de execução/prestação de serviços será no Complexo da CEASA/RS, no.....

(No caso de **aquisição de bens**)

***1.1 O presente procedimento tem como escopo à aquisição de, conforme Anexo xxx – Termo de Referência e, também, especificações do quadro abaixo:**

2. ENTREGA/FORNECIMENTO

2.1. A entrega/fornecimento do objeto/material, deverá observar o prazo de vigência do contrato, e deverá ocorrer emdias corridos, a contar do aceite da **Autorização de Pagamento/AP.**

3. PROPOSTA (Modelo – AnexoI)

3.1. O prazo de validade da proposta será 30 dias.

3.2. O preço deverá ser cotado em reais.

3.3. Devem estar inclusas no preço proponente, taxas, impostos, autorizações, despesas de deslocamento, frete decorrente de envio e eventual(ais) devolução(ões) e quaisquer outras despesas ordinárias.

3.4. Ainda, a proposta deverá conter, também, dados da empresa (CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço, telefone, correio eletrônico, dados da conta corrente), e nome do responsável pelo contato com o CEASA/RS e, por fim, assinatura do responsável pela empresa.

3.5. A elaboração da proposta (ou “upload” da proposta) que deverá ser feita em campo eletrônico específico (devendo detalhar o objeto em questão e registrar em reais o valor do produto, conforme o Anexo I – Proposta) do sítio eletrônico será de total, direta e exclusiva responsabilidade do participante/proponente, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada possa ser impressa em papel A4, seja legível, bem como tenha sido nomeada corretamente pelo proponente (não devendo ser foto da proposta).

3.6. A proposta deverá conter, sob pena de desclassificação:

3.6.1. Descrição completa e detalhada do objeto, conforme Anexo I – Proposta e Termo de Referência;

3.6.2. Declaração, pelos representantes das microempresas e empresas de pequeno porte, no Sistema Eletrônico de Compras, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessas categorias. Na ausência da declaração, em momento oportuno, significará a desistência da(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte de utilizar(em)-se das prerrogativas a ela(s) concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.6.3. Outrossim, deverá a participante assinalar, em campo adequado do sistema, que tem pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação, bem como especificações técnicas previstas no presente termo e anexo(s).

3.7. A proposta também poderá ser desclassificada se, incidir(em) alguma(s) da(s) hipótese(s) do artigo 56 da Lei Federal N.º 13.303/2016. Quando houver hipótese de vício insanável, deverá ser formal e detalhadamente no que consiste pela Contratante/Administração. No caso/hipótese de haver vício sanável/equivoco simples na proposta, deverá ser dado prazo para manifestação à Empresa, a fim de possibilitar-se (sempre) contraditório, e, também, oportunizar-se o saneamento (se possível sanear, sem prejudicar os demais proponentes e o interesse da Administração), mas em prazo a ser delimitado pela própria Administração e em critério isonômico, e também contanto que não se trate de cotação por critério de julgamento menor preço unitário.

3.8. O prazo de garantia: no mínimo, 90 dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

4. JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da proposta será o e menor preço total, desde que atendidas às exigências deste Termo de Dispensa de Licitação.

4.2. A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – CEASA/RS se reserva o direito de requerer, a qualquer tempo, amostras ou catálogos, relativos a quaisquer itens identificados na proposta, os quais deverão ser entregues no prazo estipulado na notificação, sob pena de desclassificação.

5. DOCUMENTAÇÃO

5.1. Deverão ser apresentados, **via correio eletrônico, para o e-mail licitacoes@ceasa.rs.gov.br** seguintes documentos das empresas vencedoras:

- a. Comprovante Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, RG e CPF.
- b. Contrato Social ou comprovante de empresa individual.
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, abrangendo todos os tributos administrados pelo município, mediante apresentação de certidão expedida pelo órgão municipal competente.
- d. Prova de regularidade relativa aos tributos pela Receita Estadual e Receita Federal do Brasil.
- e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal (nos termos do Artigo 27, alínea “a”, da Lei 8036/90).
- f. Prova de inexistência de débitos trabalhistas: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- g. Declaração de cumprimento ao Art. 7º (sétimo), inciso XXXIII da CF/88 (Anexo II).
- h. Declaração da empresa, sob as penas da Lei, de que não foi declarada inidônea pela administração direta ou indireta, municipal, estadual ou federal, assinada por Diretor, Sócio Gerente ou equivalente (Anexo III).
- i. Espelho da Nota Fiscal preenchido será exigido nas aquisições e contratações em nome da licitante.

5.2. Nos termos do que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar n.º 765 de 23/10/2015, a apresentação Cadastro de Fornecedores da CELIC / SMF, ou Certificado de Fornecedor do Estado do Rio Grande do Sul – CFE, juntamente com seus anexos, emitido pela CELIC/RS com prazo de validade vigente, inclusive para a documentação neles contidas, substituirá, integral ou parcialmente, conforme o caso, a apresentação dos documentos acima. Caso algum dos documentos constantes no Certificado esteja com o prazo de validade vencido ou o licitante que não possuir cadastro, deverá encaminhar cópia autenticada do (s) referido (s) documento (s) com a validade atualizada.

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento será realizado em até 30 dias após o aceite, mas mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, que deverá conter o detalhamento dos bens e/ou serviços fornecidos/prestados.

6.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente devendo a empresa informar o número do banco, da agência e conta bancária, junto à nota fiscal.

7. FASE HABILITAÇÃO ELETRÔNICA

7.1. A Concorrente vencedora deverá proceder no envio eletrônico (upload), no prazo máximo de sessenta minutos a documentação prevista no item 5.1 deste Edital.

7.2. Não se faz necessária a entrega física dos documentos de habilitação, bastando o envio por meio eletrônico, nos termos acima referidos. Importante ressaltar, que o licitante é responsável pela veracidade de toda documentação por ele encaminhada.

7.3. No caso de eventual impossibilidade de remessa integral dos documentos de habilitação no prazo inicialmente previsto, este poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por mais 60(sessenta) minutos.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 Após exame dos documentos de habilitação e constatado o atendimento ao disposto neste edital, o Pregoeiro declarará encerrada a sessão da Cotação Eletrônica. Ato contínuo encaminhará o processo ao Diretor Presidente para a devida homologação e adjudicação ao licitante vencedor do objeto.

8.2 Se o licitante vencedor não cumprir o disposto neste Edital e seus anexos, a sessão será retomada, e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, com a reabertura da etapa de negociação, sujeitando-se a desistência às penalidades aplicáveis.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, mediante processo que será garantido o direito da citação e da ampla defesa, a licitante que:

- a – convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não fornecer o objeto;
- b – deixar de entregar a documentação exigida para a Cotação Eletrônica;
- c – apresentar documentação falsa;
- d – ensejar o retardamento da execução do certame;
- e – não manter a proposta, durante o prazo de sua validade;
- f – falhar ou fraudar na execução do objeto;
- g – cometer fraude fiscal.

9.2. A recusa em fornecer o objeto, caracterizada após o vencimento do prazo estipulado, sem a formalização de qualquer justificativa, configura desistência do fornecimento e sujeitará ao adjudicatário ao pagamento de multa na ordem de 10%(dez por cento) do valor total do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções.

9.3. Ante a ocorrência da hipótese acima, a CEASA/RS poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem a final de classificação, para após comprovados os requisitos de habilitação e efetuada a negociação, fornecer o objeto contratado.

9.4. Pela prática das condutas descritas nesta seção, a CEASA/RS poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia e ampla defesa:

- a- Advertência;
- b- Pagamento de multa, nos termos do Item 10, subitem 10.1, alíneas “b” e “c” deste edital;
- c- Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 5(cinco) anos;
- d- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelo Diretor Presidente da CEASA/RS.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As obrigações decorrentes deste Termo de Cotação Eletrônica de Preços serão formalizadas através de Autorização de Pagamento/AP, observando-se as condições estabelecidas neste termo e seus anexos (incluir a minuta do contrato se não for o caso de exceção do disposto no artigo 73 da Lei nº 13.303/2016), bem como na legislação vigente.

10.2. Poderá ser emitida uma Nota Fiscal, ou quantas se fizerem necessárias para cada Autorização de Pagamento/AP. No caso de fornecimento/aquisição será precedida do Termo de Autorização de Autorização de Compras – TAC.

10.3. A CEASA/RS reserva-se o direito de rejeitar os materiais e/ou serviços que não atenderem as condições especificadas. A CEASA/RS reserva-se ao direito de não aceitar cobranças através de Boleto Bancário.

10.4. As quantidades fornecidas devem ser exatamente as solicitadas na Autorização de Pagamento/AP.

10.5. A compra e/ou serviço somente é considerado concluída, quando da entrega completa e definitiva do material no local estabelecido pela CEASA/RS ou serviço.

10.6. A contagem do prazo de pagamento inicia no dia subsequente à conclusão da compra.

10.7. Integram o presente Edital, para todos os seus devidos fins e efeitos, os seguintes itens:

- Anexo I - Proposta Modelo;
- Anexo II - Declaração de atendimento à Constituição Federal;
- Anexo III - Declaração de Idoneidade;
- Anexo IV - Termo de Referência.

Porto Alegre, xx de junho de (ANO).

XXXXXXXXXXXXX

Pregoeiro

ceasa@ceasa.rs.gov.br

ANEXO I

PROPOSTA (Modelo para aquisição de materiais, equipamentos, serviços e outros)

Proposta comercial que faz a empresa [RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE], com sede na Av./Rua [NNNNNNNNNN NNNNNNNNNNN], nº [NNN], bairro [NNNNNNNNNNNNNN], no município de [NNNNNNNNNN NNNNN]/[UF], inscrita no CNPJ-MF sob nº [NN.NNN.NNN/NNNN-NN] e Inscrição Estadual nº [NNNNNNNNNN]. Responsável [NNNNNNNNNNNN], Telefone [NNNNNNNNNNNN], e-mail: [NNNNNNNNNNNN].

Informamos abaixo cotação de preços para **LOTE ÚNICO** sendo:

ITE M	UNID .	QUAN T.	DESCRIÇÃO DE PRODUTO/MARCA OU SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL R\$	
PREÇO TOTAL R\$						

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias
 (Caso o prazo seja diferente do indicado, informar)
 VALIDADE DA PROPOSTA: 30 dias
 PAGAMENTO: 30 dias após aceite
 DATA:

Representante Legal da Empresa



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR (Modelo)

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ
Sob o nº....., por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
.....e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso
XXXIII, do artigo 7 da constituição Federal de 1988 e pelo Regulamento Interno de Licitações da CEASA/RS, que não
emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
(Modelo)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta contratação que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso III. Artigo 84, da Lei n.º 13.303/2016 bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Diretor, Sócio-Gerente ou Equivalente